

Nova Carta deve ser regulamentada logo

20 JUN 1987

ANC p 5

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os oito relatores-auxiliares da Comissão de Sistematização vão propor ao relator Bernardo Cabral a obrigatoriedade de regulamentação da nova Constituição ainda na atual legislação. O senador Virgílio Távora (PDS-CE), um dos integrantes do grupo de auxiliares, destacou ontem a importância do ato constitucional que fixará o prazo para que a futura Carta seja regulamentada. Seu argumento: assim se evitará o descumprimento de matérias aprovadas no plenário da Constituinte e inseridas na Constituição, por falta de regulamentação, como vem ocorrendo com textos aprovados desde a Constituinte de 1946.

Távora lembrou que o dispositivo foi incluído, como proposta de consenso, na comissão temática do Judiciário, capítulo das Garantias e Direitos Individuais, faltando apenas determinar o prazo para seu cumprimento ainda neste período legislativo. A obrigatoriedade de regulamentação da nova Constituição está inserida na proposta do "mandato de injunção" e na "inconstitucionalidade por omissão". Em ambos os casos, exige-se o cumprimento das matérias aprovadas no plenário da Constituinte, desde que não sejam inviáveis.

BOM-MOCISMO

Ao destacar a importância deste instrumento, o senador cearense advertiu que não se deve inserir na nova Constituição propostas incoerentes e inviáveis, conforme prevê o "mandato de injunção", justamente para evitar o "bom-mocismo". "Aprovam-se propostas completamente inexecutáveis só para agradar as galerias e ao eleitorado, sabendo-se previamente que não serão postas em prática por falta de regulamentação da matéria", disse Távora. Como exemplo, ele lembrou que os trabalhadores só não participam dos lucros das empresas há 40 anos por falta de regulamentação deste artigo na Constituição de 46.

Neste sentido, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), também um dos oito relatores auxiliares de Bernardo Cabral, anunciou que apresentará emenda ao plenário da Constituinte fixando em não menos de um terço a participação anual dos trabalhadores nos lucros das empresas. O dispositivo foi aprovado na

Comissão da Ordem Social, porém sem o limite proposto por Barbosa.

Como pontos conflitantes registrados nos sete relatórios temáticos até agora pelo grupo, Virgílio Távora citou: forma de governo, mandato do presidente da República, regime de propriedade, conceituação de propriedade privada, reforma agrária, reforma urbana e questões trabalhistas, como o regime de estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, extensão do direito de greve, função do mercado interno e reserva de mercado. O grupo prevê muitos conflitos entre os relatórios da Comissão da Ordem Econômica, Ordem Social e Sistema Tributário, segundo admitiu outro relator auxiliar, o deputado Joaquim Beviláqua (PTB-SP).

Entre as várias versões, conflitos e superposições encontradas no relatório da Soberania, Direitos e Garantias Individuais, comparado ao que tratou da Organização Partidária e Eleitoral, os dois relatores responsáveis por esta análise, Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Konder Reis (PDS-SC), constataram que muitos artigos serão absorvidos em outros capítulos. Exemplos: serviço militar — os dois anteprojetos prevêem isenção por motivo de consciência; voto obrigatório — dos 18 aos 70 anos ou facultativo; voto proporcional e voto distrital misto (particularmente, eles acham o último melhor ajustado para o País), restrição de direito — estado de sítio ou estado de defesa — habeas-corpus, punição disciplinar militar (um relatório admite isso, o outro não).

Descobrir divergências como estas e organizá-las como melhor opção por ordem de artigos é o que está fazendo o grupo dos oito relatores auxiliares, que segunda e terça-feira se reúnem com Bernardo Cabral para redigir a primeira versão técnica da nova Constituição. A parte político-ideológica será montada por outro grupo: o dos quatro relatores adjuntos, liderados pelo senador Fernando Henrique Cardoso (SP), todos do PMDB. O deputado Renato Viana (PMDB-SC), por exemplo constatou que 80% do relatório sobre a Organização do Estado coincide com a redação dada por Afonso Arinos, que presidiu o grupo dos notáveis, à primeira proposta de Constituição. A triagem e elaboração preliminar do índice da nova Constituição por assunto está sendo feita por cerca de 15 técnicos legislativos do Centro de Documentação da Câmara, que as remetem para digitação no Centro de Processamento de Dados do Senado.